

Comércio pede mais cortes

Nenhum pacto social poderá ser firmado, ou qualquer medida drástica de combate a inflação adotada, enquanto o Governo não cortar seu déficit público. Esta posição foi apresentada ontem ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho. O líder empresarial também entregou ao ministro documento que reivindica a volta dos prazos originais dos recolhimentos de IPI, PIS e Impostos de Renda pelas empresas.

Trussardi afirmou que a economia brasileira não pode mais ser palco de experiências como o congelamento geral de preços e salários, sem que o Governo cumpra a

sua parte. O presidente da Associação Comercial disse que seu raciocínio também se aplica a qualquer outra medida, inclusive um redutor de preços e salários.

O empresário acha que o Governo precisa promover mais cortes em suas despesas, além de extinguir ministérios e demitir funcionários públicos. Trussardi observou que a extinção ou fusão de ministérios deve ser acompanhada de demissões de funcionários ociosos porque senão as medidas não surtirão efeito.

O Ministério da Fazenda adiantou a Romeu Trussardi que o Governo não voltará atrás na sua decisão de reduzir os prazos de recolhimento de impostos.